



Seus Direitos na Justiça

O uso do vernáculo no Direito

Dr. Guaraci de Campos Vianna

Pitágoras dizia que os números governam o mundo. De fato, não se consegue imaginar alguma coisa que não possa ser expressa matematicamente em números: quilograma, quilômetro, gigabyte (memória), dinheiro, peso, altura, numeração de artigos de leis, das próprias leis, idade, até o alfabeto tem 26 letras; enfim, se os números governam o mundo, o vernáculo governa o Direito.

Não há muitas profissões que exigem do profissional um conhecimento tão profundo das regras gramaticais e das técnicas relacionais como o Direito.

Não se quer aqui desprezar as outras ferramentas, as outras ciências e as outras atividades, igualmente importantes e, por vezes, essenciais para o exercício de uma profissão ligada ao direito e nem tampouco à importância do conhecimento do vernáculo para o exercício das demais profissões. É óbvio que qualquer profissional deve dominar a Língua Portuguesa para expressar corretamente seus pensamentos, suas ideias, suas pretensões e estabelecer comunicação com as demais pessoas.

Entretanto, no caso específico do profissional do Direito, exige-se um pouco mais de domínio da Língua Portuguesa, porque ele está lidando com o direito alheio e, muitas vezes, com a liberdade dos indivíduos.

O discurso jurídico defende ou acusa, busca a obtenção de um direito ou a reparação de um prejuízo, determina, numa lide, numa disputa, em um processo, quem tem razão. Isso se faz por meio da palavra escrita. A palavra falada também é utilizada no discurso, embora não tão frequente.

Com isso pode-se dizer que a forma é mais importante que o conteúdo. O mais cristalino direito, mesmo que líquido e certo, sequer será apreciado pelo juiz, se o advogado que representar não souber expressar-se de forma correta, com domínio da técnica e do direito, ou seja, mesmo que exista o direito, pode perder a sua causa se o seu pedido carecer de correção gramatical.

Explica-se: toda ação judicial, todo processo se inicia com uma peça denominada "Petição Inicial" (art. 319 do Código de Processo Civil) e esta será indeferida (o juiz não vai apreciar seu conteúdo quando for inepta - art. 330 do mesmo diploma legal) e, considera-se inepta a petição inicial, dentre outros motivos ali enumerados, quando "da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão" (inciso III) ou "contiver pedidos incompatíveis entre si" (inciso IV).

Então, o advogado precisa dominar a linguagem escrita para escrever suas peças processuais de forma clara e objetiva. O juiz de direito, da mesma forma (como os demais profissionais que atuam na área jurídica), para elaborar



sentenças convincentes e fundamentadas.

O domínio da língua é tão importante que o artigo 192 do Código de Processo Civil dispõe que: "em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso correto da Língua Portuguesa" (contestação, certidões dos oficiais de justiça, sentença, recursos, laudos periciais, etc).

Digno de nota é o disposto no art. 78 do CPC, que dispõe: "É vedado às partes, a seus procuradores, aos juizes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados".

É claro que ninguém tem o dom da inerrância e não se pode ter uma intransigência no julgamento do uso correto da língua nativa nas peças processuais. Não se pode chegar ao extremo de indeferir um recurso interposto por um advogado quando teve sua inicial indeferida porque não acentuou as palavras, visto que o vernáculo exige correção gramatical quanto à acentuação gráfica. Parece exagero. Pequenos equívocos apensar desqualificar o profissional, podem ser tolerados.

Contudo, é preciso que se destaque a existência de alguns erros que não podem ser cometidos, como "o estrupo ocorre na escola...", no lugar de estrupo. Estrupo é barulho e estrupo é um crime previsto no Código Penal. Muda todo o sentido do contexto. Assim ocorre também com a supressão de alguns elementos essenciais a uma determinada peça, como a inépcia de uma denúncia (petição inicial de uma ação penal proposta pelo Ministério Público) por falta do pedido de condenação; enfim, cabe a cada juiz ter o bom senso e a sagacidade de distinguir as causas de real impossibilidade de emenda à inicial daquelas irregularidades que podem ser corrigidas ou toleradas.

Não se trata de utilização de linguagem rebuscada ou incompreensível, ao contrário. A correção gramatical é fundamental para o profissional do direito, que deve manejar com toda segurança a Língua Portuguesa e seu conhecimento jurídico, juntamente com a ética e o caráter, para ser considerado um excelente profissional e ter sucesso no competitivo mercado.

Dr. Guaraci de Campos Vianna é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Envie e-mail com suas dúvidas, opiniões e sugestões para a coluna. Participe! seusdireitos@ofluminense.com.br

Maricá é a 2ª cidade no Brasil em Educação Especializada

Cerca de 90% dos alunos que necessitam de atenção especial são atendidos

Maricá é a segunda melhor cidade do país no atendimento a crianças com necessidade de educação especializada. O dado faz parte do Censo Escolar de 2018, divulgado pelo Ministério da Educação. Atualmente, 90% dos alunos que necessitam de atenção especial são atendidos na rede municipal de ensino, contra 6,5% na rede estadual e 3,5% em escolas particulares.

A gerente de Inclusão Educacional da Secretaria de Educação Helen Silvia Ribeiro de Azevedo explica que o ótimo resultado atingido por Maricá - que fica atrás apenas da capital federal, Brasília - é fruto de um trabalho desenvolvido na cidade desde 2009, e que hoje atende a 838 crianças (aumento de 16,5% em relação a 2018), com variados tipos de deficiência.

Deste total, cerca de 550 recebem atendimento nas salas bilíngues (voltadas para alunos surdos), nas salas específicas para baixa visão e cegueira, e nas salas de recursos, equipadas com materiais pedagógicos que auxiliam na aprendizagem.

"O atendimento educacional especializado atende aos alunos que não têm autonomia e necessitam de material adaptado. Temos também atendimento pedagógico domiciliar, onde atendemos alunos que estão impedidos de frequentar escola, por doença ou deficiência, e o atendimento educacional ambulatorial de alunos jovens ou adultos com doenças



Trabalho com as crianças com necessidades especiais é feito desde 2009

mentais que impedem a frequência escolar", diz Helen.

A gerente destaca ainda que o atendimento especializado tem demanda crescente e, por isso, a meta é acolher todo aluno que precise. "O município vem recebendo alunos com deficiência quase diariamente, então temos que acompanhar esse crescimento, pois ninguém deve ficar sem atendimento", afirma ela.

Na Escola Municipal Carlos Magno Legentil de Mattos, no Centro de Maricá, dos 700 alunos do 1º ao 5º ano, cerca de 60 recebem atendimento especializado. A agente inclusiva da unidade, professora Daniela Mota, explica que a sala de recursos é usada sempre no contraturno - as crianças que estudam de manhã fazem as

atividades à tarde, e vice-versa. O trabalho é individual ou em pequenos grupos, de acordo com o tipo de deficiência.

Na sala bilíngue da escola, a professora Helen Rosa e a instrutora Gilvana Amorim trabalham sempre juntas para alfabetizar os alunos com deficiência auditiva em Português e em Libras - Gilvana, que ensina a linguagem de sinais, também é deficiente auditiva.

Os alunos Ricardo Barcelos e Sidnei Oliveira aprendem usando materiais especiais, como peças coloridas com figuras e jogos de encaixe, facilitando a alfabetização. Durante a realização das fotos para a reportagem, eles se empolgam e tentam se comunicar com a fotógrafa - Ricardo faz o sinal que significa "eu te amo"

em Libras. "Ele nitidamente gostou dessa interação", diz a professora Helen.

Segundo a diretora da escola Simone Maldonado, na EM Carlos Magno há alunos com deficiência auditiva, autistas, com síndrome de Down e de Asperger e microcefalia, além de uma aluna que recebe atendimento pedagógico domiciliar (APD), no qual as aulas são dadas em casa, já que a menina não pode frequentar a escola.

"Os avanços acontecem de maneira muito lenta, pois cada aluno está em um nível de dificuldade. O atendimento especializado é um trabalho de muita paciência, dedicação e amor", declara a diretora, acrescentando que as crianças especiais acompanham as aulas nas turmas regulares: "E do 3º ao 5º ano, todos recebem aulas de Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que ajuda na inclusão dos colegas", completou.

A secretária de Educação de Maricá, Adriana Luiza da Costa, comemorou o bom desempenho da rede municipal de ensino e o destaque nacional no censo.

"Isso é o resultado de um trabalho sério que o governo vem desenvolvendo dentro das escolas no município de Maricá. Nossa meta é atender o aluno com deficiência com qualidade, respeitando seus impedimentos e explorando suas habilidades e potencialidades, proporcionando o melhor desenvolvimento e autonomia", comentou Adriana. ■

Resende ganhará viatura da 'Patrulha Maria da Penha'

Cerimônia oficial acontecerá na próxima terça-feira, dia 10, às 14h, no Espaço Z, no Centro

A Prefeitura de Resende entregará a viatura do Programa "Patrulha Maria da Penha" à Guarda Civil Municipal, durante cerimônia oficial na próxima terça-feira, dia 10, às 14h, no Espaço Z, situado na Avenida Doutor Gustavo Jardim, no Centro. A solenidade é o marco inicial da implantação do programa no município. O veículo Renault adquirido pela Secretaria de Administração já ganhou adesivagem personalizada e servirá para que a atuação da Guarda Municipal garanta efetividade às medidas protetivas de urgência concedidas às mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar, por meio do Poder Judiciário com base na Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006).

O governo municipal de Resende viabilizou a antecipação da criação do programa prevista no Projeto de Lei nº 547 de 2015 do Senado Federal, que tramita na Câmara Federal, por meio do Projeto de Lei 7.181/2017. Este último projeto altera a Lei Maria da Penha, para instituir o "Patrulha Maria da Penha", e a Lei nº 11.473/2007 do âmbito da segurança pública, para inserir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Em agosto do ano passado, foi formado um grupo de trabalho para a elaboração do projeto de desen-

volvimento do Programa "Patrulha Maria da Penha", em Resende. Para a implementação do programa, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio da Diretoria de Direitos Humanos, do Niam (Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher) e da Coordenadoria da Mulher, e a Guarda Municipal começaram a se articular com o juiz Guilherme Martins Freire, que, atualmente, é o titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Resende.

Devido à nova viatura, guardas-municipais passaram por um processo de capacitação este ano. O comandante da Guarda Municipal César Ricardo Aureliano Laurindo explicou como

funcionará o trabalho dos agentes em conjunto com o Poder Judiciário. "Serão dois guardas-municipais, um do sexo masculino e outro, feminino, para atuação na viatura durante o serviço de auxílio ao Judiciário. Parte do efetivo da Guarda já foi treinada pela equipe do Niam, especialista no atendimento a mulheres em situação de violência, na sede do 37º Batalhão de Polícia Militar (BPM), no bairro Campo de Aviação. A PM já tem experiência neste sentido, com a viatura Patrulha Maria da Penha - Guardiões da Vida. Também houve palestra com o juiz criminal Guilherme Freire. Os guardas designados para a função serão submetidos a outros treinamentos", destacou. ■

Trabalho e Renda divulga a 1ª Feira de Oportunidades

O evento será realizado dia 11, de 9h às 17h, no Centro de Convenções de Macaé

A programação da 1ª Feira de Oportunidades de Macaé contará com palestras, estandes e oferta de empregos, estágios e oportunidades para pessoas com deficiência. O evento, que será realizado na quarta-feira (11), de 9h às 17h, no Centro de Convenções, é organizado pelas secretarias adjuntas de Trabalho e Renda, Qualificação Profissional e de Ensino Superior. Cerca de 400 vagas de emprego serão oferecidas.

"Quem tiver interesse em participar da palestra ou se candidatar a uma vaga de emprego deverá entrar no site da prefeitura e se inscrever nesse link", explicou o secretário adjunto de Trabalho e Renda Igor Romão.

Ele acrescentou que, inicialmente, serão oferecidas 400 oportunidades de emprego, número que deverá aumentar, pois empresas de RH parceiras estarão no evento realizando cadastros

para preenchimento de futuras vagas.

"Teremos, em média, 20 empresas parceiras, 12 estandes, além de palestras com o objetivo de promover aproximação entre as corporações, empreendedores, estudantes, profissionais e jovem aprendiz", acrescentou.

O secretário afirmou que a expectativa é boa, principalmente nesse período em que existe a possibilidade de ofertas de vagas temporárias

para serem preenchidas para Natal e Verão.

A secretária adjunta de Qualificação Profissional Leandra Lopes explicou que o evento tem a finalidade também de preparar o público-alvo para os desafios da carreira profissional. "Vamos abordar diversos assuntos, desde a elaboração do currículo, preparação para entrevista, empreendedorismo e empregabilidade", comentou. ■